



Da mesa da Diretoria da ABIBET

Semanalmente a diretoria da ABIBET tem recebido pedido de informações pelo seu site e também tomado conhecimento de irregularidade graves no meio da educação teológica no Brasil e, infelizmente, envolvendo seminários batistas. O pior é que também temos tomado conhecimento de que esse assunto tem passado ao largo da ação de Convenções Batistas Estaduais e Associações Regionais Batistas e até entendemos que seja por falta de esclarecimento.

Como entidade da Convenção Batista Brasileira encarregada em ocupar-se com a educação teológica batista no Brasil, a ABIBET tem se preocupado com a situação desta área e tem publicado anualmente em O Jornal Batista um documento contendo informações importantes sobre os cuidados legais necessários que devem ser tomados pelos seminários teológicos batistas no Brasil, sejam oficializados ou não pelo MEC. O documento deste ano saiu na edição de 13 de janeiro.

A história nos tem mostrado que a qualidade do atendimento às igrejas e à denominação passa pela qualidade da educação teológica oferecida. Não há mais como ficarmos omissos diante do volume de seminários batistas que temos espalhados por todo país (cerca de 80 instituições) sem a garantia do aferimento da qualidade oferecida no ensino. Não há mais condições de serem criados seminários como são criadas frentes missionárias e missões evangelísticas, sem querer desprezar este tipo de trabalho.

Recentemente tomamos conhecimento de duas associações regionais da capital de um forte Estado de nosso país que distribuiu questionário para saber que tipo de educação poderia ser oferecida por mais um novo seminário que desejam criar. Quantas aulas querem os alunos ter por semana, quanto desejam pagar, etc. Não é assim que deve ser criado um seminário.

Já foi a época em que se defendia que precisamos formar pastores e não teólogos, como se fosse possível formar médicos, sem medicina ou mesmo formar engenheiros, sem matemática. Você iria

se consultar em um médico sabendo que ele apenas é vocacionado para a medicina, sem a devida formação? Você pode pensar que o médico cuida de nossa saúde e não pode haver riscos. E o pastor cuida do quê? Não é em nutrir, aconselhar, cuidar de vidas? Não é possível formar um pastor apenas como obreiro prático, que saiba apenas como dirigir uma sessão da igreja ou como fazer uma visita num hospital, preparar e pregar um sermão, como redigir uma ata, como dirigir administrativamente uma igreja, dirigir uma nova construção da igreja. Ser pastor é mais do que isso, é cuidar do rebanho, é saber interpretar as mazelas do mundo contemporâneo para poder orientar suas ovelhas. Como um pastor, apenas obreiro prático que não estudou profundamente a Bíblia, a Teologia e outras áreas de saberes necessários poderia aconselhar com segurança suas ovelhas em assuntos como abortamento, eutanásia, homossexualidade?

A criação de novos seminários tem obedecido dois argumentos básicos. Em primeiro lugar vem a questão do acesso do estudante ao seminário. Sem dúvida é um assunto importante e concreto e neste caso as igrejas, as famílias, associações regionais e convenções estaduais necessitam buscar recursos para enviar os vocacionados em seminários mais próximos, mas que dão garantia de formação para o ministério.

Outro argumento é o financeiro. Argumenta-se que os seminários com maior estrutura cobram caro. Neste ponto é necessário considerar alguns fatos importantes. Em primeiro lugar, na realidade temos notado que os custos dos cursos teológicos são compatíveis e até menores que cursos seculares equivalentes. Em segundo lugar, temos de levar em conta que qualidade custa dinheiro. Manter professores e professoras com formação e experiência, biblioteca, condições físicas de oferta, pessoal administrativo e da área de educação para gerenciar a qualidade, tudo isso custa caro.

Por exemplo, para cada R\$ 100,00 de salário, normalmente há um custo adicional exigido pelas leis trabalhistas, sociais e previdenciárias, da ordem de mais R\$ 40,00. Manter tudo legalizado exige custo. Manter softwares para

os computadores da escola e para os alunos, inclusive antivírus legalizado exige custo. Manter todo pessoal registrado em carteira exige custo, etc. Será que muitos seminários criados por causa deste motivo estão legalizados pelo menos nestes itens? E não estamos falando aqui de oficialização no MEC, apenas do registro e manutenção da legalidade fiscal e previdenciária da escola. Então, como poderíamos classificar ou entender a manutenção de um curso com custo baixo, mas com ilegalidade? Biblicamente como você poderia nomear isso? A questão aqui é de custo baixo ou de falta de visão em pagar o necessário custo para que o vocacionado receba a adequada formação para o exercício do ministério com qualidade?

Em termos internacionais, historicamente a educação teológica têm naturalmente um déficit de 50% se considerarmos as receitas operacionais apenas. No Brasil batista, geralmente, não há subsídios suficientes (sabemos de importante instituição batista no Brasil que recebe de sua Convenção Estadual menos de 0,4% de seu orçamento, enquanto concede cerca de 8% de bolsas de estudos a alunos carentes). Como temos o exemplo do fracasso institucional por imperícia de gestão financeira demonstrada em diversas situações de nossa história batista no Brasil, para que se administre seminários e faculdades teológicas com sensatez é preciso que o custo das mensalidades reflitam o real custo orçamentário da sobrevivência dos seminários.

Quando são criados seminários menores com o objetivo de baixar o custo, mas em manter um estado de ilegalidade, não estaríamos cultivando dúvidas éticas? Não estaríamos criando um ambiente sangrento de concorrência desleal contra instituições que têm todo custo de legalidade? Instituições estas que, por isso, acabam não recebendo mais alunos e, não recebendo mais alunos, acabam tendo de aumentar o custo de suas mensalidades e assim por diante. O pior é que a história ensina que estes seminários criados com estes motivos têm tempo de duração não muito longo, cerca de 4 a 5 anos e depois começam a sofrer impasses de sobrevivência. Se deci-

dem continuar, acabam geralmente fornecendo obreiros de qualidade insegura para a região. Muitos líderes regionais, formados em seminários de maior porte acabam testemunhando a queda na qualidade da liderança regional.

Mas também já ouvimos também o argumento de que líderes regionais querem formar o seminário da região por puro diletantismo, paixão pessoal ou motivo semelhante. Aqui nem dá para fazer qualquer comentário. Em geral muitos destes seminários mencionam que possuem grade curricular, mas grade é algo que aprisiona o aluno numa formação massificada e sem a devida formação para que, em vez de obreiros práticos, tenhamos fortes, competentes e criativos líderes. Neste caso é preciso ter não uma grade, mas matriz curricular.

E ainda há mais que temos notado nesse campo sangrento que se tornou a educação teológica batista no Brasil. O que dizer que seminários batistas que estão mantendo parcerias ilegais na validação de diplomas de cursos livres a partir do Parecer CNE/CES 63/2004, que até nós batistas, especialmente com a ação da ABIBET, tivemos grande participação junto ao MEC na época para obter.

Mas também temos notado a existência de outra situação em que alguma faculdade reconhecida procura um seminário não reconhecido para oferecer em sua sede curso de validação. Só que esta faculdade não tem credenciamento para a oferta de ensino à distância e não poderia oferecer curso fora de sua sede. Então como um seminário pode “ajudar”? Em geral faz a oferta o curso de validação em sua sede, os alunos assinam lista de presença, apresentam seus documentos e tudo é mandado para a faculdade reconhecida para ser “internalizado” num prontuário local, de modo que fique parecendo que o aluno estudou lá na sede daquela faculdade longe de sua cidade. Corre-se o risco de se alguém denunciar tudo ser anulado e o Ministério Público abrir uma ação civil e criminal contra o seminário e a faculdade em questão. Mas para ninguém ser prejudicado, todo mundo fica quieto e até arruma mais “clientes” para o seminário. O MEC já se pronunciou sobre isso por intermédio da Nota Técnica nº 546/2010-CGLNES/GAB/

SESu/MEC. Caro leitor, qual nome você daria para uma prática deste tipo? Como legitimar essa prática biblicamente? Pois é esta a situação em que vivemos e notamos que Convenções Estaduais e Associações Regionais estão se omitindo em relação a isto tudo.

Muito teríamos a apresentar, especialmente em relação ao uso de termos para designar cursos e instituições que hoje só podem ser utilizados por instituições credenciadas, tais como curso superior, bacharelado, mestrado, doutorado, especialização, graduação/pós-graduação, faculdade, etc. No site da ABIBET e no documento publicado em janeiro passado neste Jornal tudo isto é explicado, mas seminários batistas que não estão credenciados ainda se valem do uso destas expressões correndo o risco de serem processados civil e criminalmente. Parece-nos que não adianta mais avisar. Entendemos que é hora da denominação, em seus diversos níveis, se pronunciar e reforçar a orientação.

Como batistas falamos muito em cooperatividade, em união, em frases lícitas como “juntos somos mais”, mas será que na educação teológica estamos indo de fato neste rumo?

Aqui na ABIBET já recebemos a acusação de estarmos estimulando a reserva de mercado apenas para instituições credenciadas pelo MEC, isto não é verdade. O que defendemos é que formar pastores requer cuidados que não podem ser desconsiderados. Entendemos que há lugar para diversos níveis de formação teológica em nosso país, há lugar para cursos reconhecidos e até cursos não reconhecidos, desde que todos sejam legalizados em sua esfera de ação, desde também que todos ofereçam adequada qualidade na formação dos vocacionados de modo que as igrejas e a denominação recebam com segurança os formados por estes seminários.

Apelamos para a consciência dos líderes da denominação, dos líderes regionais, dos que dirigem os seminários, dos professores, para que façam acurado exame das condições de oferta de suas escolas, para que busquem a sustentação bíblica, ética e legal de sua instituição, para que busquem motivos lícitos e legítimos se desejarem criar novos seminários.